

Educação Sexual Impossível adiar mais!



Pedro Gomes

“Se alguma coisa se pode dizer sobre a educação sexual nas escolas é que é insuficiente”

Maria de Lurdes Rodrigues, *ministra da Educação*

Tomemos a definição de sexualidade para a Organização Mundial de Saúde:

“A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.”

A definição transcrita manifesta a complexidade do tema: a sexualidade humana envolve

componentes morfológicas, fisiológicas, emocionais, afectivas e culturais.

Considerada, até há relativamente pouco tempo, assunto do foro íntimo, passou a ser encarada como um aspecto fundamental da formação integral do ser humano e, por isso, implicando também a escola. As doenças sexualmente transmissíveis, designadamente o VIH/SIDA, e a gravidez não desejada tornaram mais urgente a clarificação do papel da educação sexual em contexto escolar.

Faz tanto tempo! ...

No primeiro documento sobre educação sexual, a Lei n.º 3/84, de 24 de Março de 1984, os dois primeiros artigos afirmam que cabe ao Estado garantir o direito à educação sexual dos jovens através da escola, como componente do direito fundamental à educação. Para a sua concretização o normativo prevê apoio aos pais no que diz respeito à educação sexual dos filhos, formação inicial e contínua dos professores, assim como a inclusão nos programas

“A Educação Sexual deve deixar de ser fragmentada e deve ser integrada na educação para a saúde”

Daniel Sampaio, presidente do Grupo de Trabalho para a Educação Sexual em Meio Escolar

escolares de conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humana adaptados aos diferentes níveis de ensino.

Passaram-se 22 anos desde a publicação do primeiro documento que regulamenta a educação sexual em Portugal! Será que é desta vez que se passa decisivamente do papel para a vida?

Novas orientações

Com o objectivo de promover a educação sexual nas escolas portuguesas, a ministra da Educação cria, em Junho de 2005, o Grupo de Trabalho para a Educação Sexual em Meio Escolar (GTES), presidido pelo psiquiatra Daniel Sampaio. Em Novembro, o GTES apresentou as suas conclusões, a que se associou o parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria (consultar em www.min-edu.pt). Entre as várias conclusões destaca-se a afirmação da responsabilidade que cabe à escola e aos professores na organização e desenvolvimento da educação sexual.

A questão central

Uma das principais questões que o GTES teve de reflectir foi o

carácter que a educação sexual deveria assumir no currículo: constituir-se como disciplina autónoma? Ser transversal ao currículo? Integrar uma área mais ampla de educação para a saúde? O GTES defendeu que as escolas do ensino básico e secundário devem revitalizar os currículos sobre educação para a saúde, integrando a educação sexual, em vez de criarem uma disciplina autónoma. As conclusões apontaram para o que parecia ser a opinião que prevalecia entre as associações de pais e entre os professores. Numa sondagem promovida pelo Netprof (www.netprof.pt) 48% optaram pela sua integração

numa disciplina sobre saúde.

Algumas vozes críticas têm alertado para o facto de se correr o risco de a educação sexual se diluir nas temáticas mais vastas da educação para a saúde.

A concretização

O programa começou já a ser implementado. Assim, os agrupamentos/escolas interessados em ser apoiados, ainda este ano lectivo, na concretização dos programas/projectos sobre “Educação para a Saúde”, puderam, até ao dia 15 de Fevereiro, apresentar um plano de trabalho. Para além da

NÚMEROS QUE PREOCUPAM

15% dos infectados com SIDA são jovens com menos de 25 anos

Há 28 mil adolescentes portuguesas grávidas por ano, o que constitui a segunda maior taxa de gravidez precoce na Europa.

8,8 por cento dos jovens com mais de 15 anos já teve relações sexuais sem preservativo.

EM LINHA

Pelo custo de uma chamada local o número 800 22 20 03 – “Sexualidade em Linha” disponibiliza o acesso a quem pode esclarecer dúvidas sobre sexualidade colocadas pelos jovens portugueses. Existe desde 1998 através de um protocolo entre a APF e o IPJ. “Sexualidade em Linha” atende dezenas de milhares de chamadas por ano, sendo sobretudo procurada por raparigas.

indicação do professor coordenador, deveriam estabelecer um protocolo com um centro de saúde e apresentar uma proposta de concretização das temáticas da educação para a promoção da saúde nos planos curriculares (disciplinares ou não

disciplinares) a integrar no Projecto Educativo de Escola. Esta proposta deveria conter temáticas associadas com a Promoção do Desenvolvimento Pessoal e Social e a prevenção de comportamentos de risco. Chegaram 188 projectos de

agrupamentos de escolas que estão já a trabalhar a educação para a saúde e que receberão apoio diferenciado. No próximo ano lectivo todas as escolas têm de desenvolver projectos no âmbito da educação para a saúde.

FALAMOS COM

Maria João Silva, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Porto



Educação Sexual: Não É Possível Não Fazer

No momento em que o Ministério da Educação e o Grupo de Trabalho para a Educação Sexual (GTES), iniciam novo trabalho no que se refere à Educação Sexual em Meio Escolar, importa realçar algumas questões básicas.

Recorde-se em primeiro lugar, que todos, e todas, tivemos, e teremos sempre, educação sexual. Porque a educação sexual acontece em cada momento, através dos modelos, dos comportamentos, da diversidade de marcações do que é, e do que deve ser, visível e invisível socialmente. Por isso, todos os pais e mães, todas as famílias, todos os agentes de educação formal, ou não formal, fazem educação sexual. Em casa, nos meios de comunicação social e, claro, também em meio escolar.

Se estivermos atentos, e o permitirmos, as crianças fazem perguntas relacionadas com a sexualidade. Essas perguntas reflectem, por um lado, o que estão a viver em termos do seu desenvolvimento, e, por outro, os problemas, comportamentos e modelos que lhes são transmitidos no quotidiano, nomeadamente, e com especial intensidade, pelas telenovelas.

Em meio escolar, desde a educação de infância, passando pelos diversos ciclos, faz-se educação sexual na forma como se responde, ou não responde, às questões de alunos e alunas, ou mesmo às suas provocações, relacionadas com a sexualidade. Tornamos difícil, ou acessível, falar destas questões, não só pelo que dizemos, mas muito especialmente pela forma como o dizemos ou não dizemos. Não é possível não fazer educação sexual em meio escolar. Não é possível só fazer educação sexual numa disciplina de educação para a saúde. O que sempre foi possível, foi fazer educação sexual, de uma forma negativa, sem que o educador clarifique os seus próprios valores, sem enquadrar a sua acção educativa nos valores e orientações da Constituição, da Lei de Bases do Sistema Educativo, e de outros documentos orientadores.

A formação científica relacionada com educação sexual não está separada, de forma estanque, da formação pessoal e social e de um quadro de valores. Neste contexto, estranha-se que o Relatório de Trabalho do GTES inclua a “educação para os afectos e para a sexualidade” no 2.º ciclo, não a incluindo no 1.º ciclo, nem no pré-escolar. Não se entende, por exemplo, como será desejável, ou possível, falar do corpo humano no 1.º ciclo, sem comunicar sobre afectos e sexualidade.

Note-se, em segundo lugar, que todos e todas vivemos a sexualidade desde que nascemos e durante toda a vida, mas cada um de forma diferente. Com sensações, emoções, sentimentos, decisões e ritmos diferentes. Assim, é necessário dar especial atenção ao seu quotidiano e, nomeadamente, às famílias e comunidades em que se integram. Para que se possa adaptar conteúdos, mensagens e reflexões, de uma forma que promova uma sexualidade gratificante. Uma sexualidade vivida de forma informada e responsável, em que a informação, a reflexão e a capacidade de decisão cheguem, efectivamente, antes dos acontecimentos.